

## **Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)**

*Eduardo da Cruz\**

Os portugueses foram o maior grupo imigrante no Brasil. Após a independência, levas cada vez maiores continuaram vindo para cá, apesar do novo estatuto com o qual eram recebidos por não serem mais parte de Portugal. Aqui, eles criaram associações e uma imprensa periódica própria, voltada para sua colônia, que não cessava de aumentar. Em nossa pesquisa anterior (CRUZ, 2015), ao buscarmos os periódicos criados pela colônia lusa ao longo do século XIX, encontramos, a partir de catálogos do Real Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional e anúncios veiculados na própria imprensa, a existência de 64 títulos publicados apenas na cidade do Rio de Janeiro. Muitos se perderam, a ponto de não ter sido possível encontrar exemplares desses jornais. A grande maioria teve curtíssima duração. Quanto à participação feminina, raramente aparece. Quando ocorre, são colaborações copiadas de Portugal, via de regra, o que justifica a presença pontual de nomes como Maria Peregrina de Sousa, Amélia Janny, Maria Amália Vaz de Carvalho e poucas outras. Isso é explicável em parte pela própria característica da imigração portuguesa ao longo do oitocentos, majoritariamente constituída por homens jovens destinados às casas comerciais, onde trabalhariam como caixeiros. Mesmo na virada para o século XX, quando há um aumento significativo da imigração feminina, principalmente casadas, as mulheres continuam a ser minoria (MENEZES 2007). Escritoras, praticamente nenhuma.

Os periódicos dos imigrantes lusos tinham, em geral, uma proposta clara: além de lutar em defesa dos interesses de seus patrícios no Brasil, o conjunto de todo o conteúdo do jornal reconstitui de certo modo o imaginário nacionalista português na ex-colônia, tal como indica Benedict Anderson. Em *Comunidades Imaginadas* (1983), Anderson aponta o papel dos jornais como “produto cultural”, “com seu caráter profundamente ficcional” (ANDERSON, 2008, p. 65), como parte importante do que ele chamou de “capitalismo editorial”, responsável por fazer cada vez mais pessoas pensarem sobre si mesmas e se relacionarem umas com as outras de maneiras novas. O

---

\* Bolsista PNAP-2016. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras (CNPq). Investigador colaborador do Centro de Estudos Clássicos (FLUL).

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



periódico seria o responsável pela criação de imagens dessa comunidade ficcional que se define como nação (ANDERSON, 2008, p. 32). Essas publicações vão, portanto, criar nos imigrantes uma imagem do que é ser português e, principalmente, do que é a colônia portuguesa no Brasil, e no Rio de Janeiro em especial.

Ao observarmos a imprensa periódica brasileira, da qual a dos imigrantes faz parte, vemos que há uma mudança em seu perfil editorial no final do século XIX. Segundo Nelson Werneck Sodré (2011, p. 405), nesse período, os pequenos jornais, de estrutura simples e redação quase individual, cedem lugar às empresas jornalísticas, com equipamento gráfico mais avançado e com nova relação com seus comerciantes e leitores. É também o período de acirramento da lusofobia em alguns órgãos da imprensa, sobretudo a partir do governo de Floriano Peixoto. O *Portugal Moderno* surge em 1899 nesse contexto, com perfil empresarial, apesar de ainda muito dependente de seu editor, Luciano Fataça. Esse periódico tem como proposta principal a defesa intransigente dos direitos dos portugueses no Brasil e a tentativa de integração da colônia. Contudo, esse título é encerrado em 1908 prevendo uma ligação a outro, o *União Portuguesa*, para a criação de um jornal diário. A nova publicação não é bem sucedida, por isso, o *Portugal Moderno* ressurgiu em primeiro de dezembro de 1909.

Em sua nova fase, o jornal precisava recuperar o prestígio junto aos assinantes após o fracasso do empreendimento conjunto. Uma das estratégias foi anunciar, no número 464, de 15 de janeiro de 1910, que passaria a receber colaboração de escritores portugueses escrita expressamente para essa publicação. A primeira foi justamente a de Ana de Castro Osório (1872-1935), enviada de Lisboa, com o título de “O problema feminista”. Ana não é recebida pelo redator como uma simples colaboradora ou como uma escritora menor, mas como intelectual do nível dos maiores de sua época:

Prometemos oferecer aos nossos leitores, de quando em quando, a publicação de artigos de distintos escritores portugueses, expressamente escritos para esta folha.

Não faltamos.

É a exma. sra. D. Ana de Castro Osório, uma das mais ilustradas e talentosas escritoras portuguesas, delicada artista por educação e temperamento, pensadora vigorosa por estudo e amor à causa da humanidade, quem honra hoje as nossas colunas.



Não podíamos abrir melhor a lista dos nomes ilustres que trarão ao *Portugal Moderno* a riqueza dos seus talentos e o fulgor das suas penas (*Portugal Moderno* 11:464, 15 jan. 1910, p. 1)<sup>1</sup>.

Politicamente comprometida, republicana convicta, Ana de Castro Osório defendeu com sua pena e com suas ações de propaganda os direitos das mulheres, como a educação e a instrução, o sufrágio, o divórcio, a independência econômica, incluindo o acesso a diversas profissões e salário igual para ambos os gêneros, agindo em prol das bandeiras principais das campanhas feministas em Portugal (CASTRO, 2011; ESTEVES, 2011). Seu artigo traz claramente os temas da luta feminista como algo necessário para o progresso da humanidade. É justamente ressaltando a importância da mulher na sociedade que Ana de Castro Osório abre seu texto: “Qualquer que seja a marcha da sociedade atual, é fora de dúvida que, para a sua evolução e progresso, tem já hoje de contar com a mulher, em todas as suas modalidades e modos de ser” (*Portugal Moderno* 11:464, 15 jan. 1910, p. 1).

Seu discurso se interlaça com uma das marcas históricas da masculinidade portuguesa em uma sociedade marcada pela “cultura marialva”, que calava as mulheres e segregava-as ao lar, enquanto aos homens, nas palavras de Teresa Cerdeira, “cabia a aventura marinheira, a viagem sedutora e o domínio inquestionado das formas de opressão” (CERDEIRA, 1997). Chartier (1991) nos lembra que os leitores não se confrontam com textos abstratos, mas com objetos cuja organização condicionam sua leitura, apreensão e compreensão do que é lido. Portanto, pode ter chocado os leitores portugueses do jornal a presença do texto de Osório entremeado à grande matéria da primeira página, a de exaltação da marinha portuguesa, por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro do cruzador São Gabriel, cujo nome deriva de uma das naus que fizeram o primeiro caminho marítimo para as Índias em 1497-1498.

Afinal, ao buscarmos textos de autoria feminina nesse jornal antes da chegada da Osório, mesmo que republicações, pouco encontramos<sup>2</sup>. A presença da mulher na história de Portugal, muitas vezes retomada, surge apenas a partir dos grandes vultos. A escolha desses nomes representa casos extremos. De um lado, biografias de rainhas

---

<sup>1</sup> Optamos por atualizar a ortografia para mais facilmente aproximar os textos dos leitores atuais.

<sup>2</sup> Destacamos a presença de um artigo da Ana de Castro Osório e um da Maria Amália Vaz de Carvalho, ambos republicados de fontes portuguesas. Há, ainda, a colaboração, com alguns poucos textos, de escritoras com algum vínculo com a colônia lusa, como Alice Josgra, Elvira dos Santos e Maria da Glória, ainda na primeira fase do jornal.



consideradas “verdadeiras santas” (*Portugal Moderno* 3:137, 26 jul. 1902, p.2), com destaque para a rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis. De outro, Leonor Telles, casada com o rei D. Fernando, apresentada como “mulher viciosa e sem escrúpulos” (*Portugal Moderno* 4:157, 13 dez. 1902, p. 3). As primeiras são exaltadas por sua vida de abnegação, religiosidade e caridade. A última, criticada por já ser casada quando se envolveu com o rei e por governar através dele. Ou seja, está clara uma defesa de que a mulher deveria se restringir ao lar, à caridade e à religião, não à política.

Por outro lado, o primeiro artigo de Ana de Castro Osório vai cobrar uma participação social, econômica e política da mulher, que deveria ser independente. Esse é um ponto que deve ter causado algum impacto nos leitores imigrantes. Como apontamos previamente, a colônia portuguesa no Rio de Janeiro ainda era majoritariamente masculina, mas já começava a receber levas cada vez maiores de mulheres, que também precisavam de empregos para seu sustento. Este é o principal ponto defendido por Ana em seu texto de estreia no jornal carioca: o direito a um posto de trabalho que desse autonomia à mulher, que não poderia mais ser vista apenas como filha, esposa e mãe, sempre dependente de um homem. Nesse aspecto, a luta era a mesma tanto no Brasil quanto em Portugal. Ana de Castro Osório argumenta que:

A mulher é um exército de trabalhadores sem pão, é uma maioria colossal de criaturas que se encontram na vida entre o dilema pavoroso de morrer de fome ou de entrar denodadamente no caminho da concorrência do trabalho, que vai afetar (disso as acusam os homens) a sua situação já pouco satisfatória.

No entanto, a mulher necessita de viver como ser autônomo. Não é digno que se prolongue esta situação vexante para a maioria delas que só na esperança dum marido vivem, que só do dinheiro do homem comem, que se julgam perdidas na existência, como ramo de árvore levado na corrente impetuosa dum rio, se acaso lhes falta o apoio másculo do homem ganha-pão. (*Portugal Moderno* 11:464, 15 jan. 1910, p. 1.)

Quando se muda para São Paulo em 1911, Ana de Castro Osório vai procurar participar ativamente da vida social a partir da imprensa periódica e passa a colaborar semanalmente no *Portugal Moderno*, do Rio de Janeiro. Sua primeira ação é retomar aqui a campanha republicana que já realizara em seu país. A revolução ainda era recente. Entre a colônia portuguesa parecia haver dúvidas sobre sua viabilidade e muitos portugueses monarquistas exilados no Brasil difamavam o novo regime. Logo, os dois temas, república e feminismo, voltam a se articular, como se não fosse possível, em



Portugal, e agora junto aos imigrantes, defender um sem valorizar o outro. É preciso, então, criar um novo discurso que crie a singular imagem da nação republicana com participação ativa das mulheres. Além disso, Ana de Castro Osório articula uma rede de sociabilidade que permitia ampliar seus projetos e ter seus textos bem recebidos por aqui.

João Esteves, seu biógrafo, defende que “recorrentemente apontada como a iniciadora da literatura infantil em Portugal e propagandista da emancipação das mulheres, Ana de Castro Osório merece, pelo pioneirismo, diversidade, contradições e opções, novas releituras.” (ESTEVEES, 2014, p. 28). Se não é exatamente uma releitura a que nos propomos aqui, é um contributo aos estudos sobre essa autora, por focarmos sobre um ponto que ainda possui muitas lacunas: suas ações e produções durante o período em que viveu no Brasil. Para isso, seguimos principalmente o *Portugal Moderno*, jornal da colônia portuguesa existente no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, até o n.º 758, de 31 de dezembro de 1913<sup>3</sup>.

### **Relações brasileiras de Ana de Castro Osório**

Em 1911, quando Ana de Castro Osório vem viver no Brasil acompanhando o marido, Paulino de Oliveira, que havia sido indicado a cônsul de Portugal em São Paulo, ela amplia a rede de contatos já estabelecida e se propõe a disseminar suas obras e suas ideias em diversas frentes. Angela Gomes, inclusive, já apontou as ações de Ana para incrementar sua participação como autora e editora de livros infantis por aqui e conclui:

Por conseguinte, quando ela viajou para o Brasil, não era uma desconhecida como autora de livros infantis. Com competência, aprofundou seus vínculos com uma rede de políticos e intelectuais estratégicos, aproveitando os contatos prévios, estabelecidos por Paulino. (GOMES, 2106, p. 102).

---

<sup>3</sup> O jornal deve ter se prolongado por mais tempo, pois há pelo menos um número de 1916 digitalizado no sítio Casa Comum, da Fundação Mário Soares. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07046.052>

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



Assim, apesar de já existirem alguns estudos que apontam as relações de sociabilidade entre Ana de Castro Osório e outras escritoras, educadoras e feministas brasileiras percebidas pela troca de correspondência e mesmo referências publicadas (CORDEIRO, 2014; GOMES, 2013; LOUSADA, 2015; LOUSADA e LAGUARDIA, 2013; PEREIRA, 2015; REMÉDIOS, 2000), ao analisarmos em conjunto dois grupos de fontes primárias, que nas últimas décadas têm sido utilizadas por historiadores e pesquisadores da área de Letras na valorização de uma história cultural, como a correspondência da escritora e periódicos<sup>4</sup>, podemos reconstituir parte da rede de sociabilidade que ela estabeleceu no Brasil e como ela a articulava para divulgar seus livros. Aproveitamos, para isso, além do *Portugal Moderno* à guarda da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, a coleção da família Castro Osório existente no setor de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. As duas entidades juntas permitem aprofundar os estudos sobre as relações luso-brasileiras. Apenas assim foi possível estabelecer algumas ligações da rede de sociabilidade a que Ana de Castro Osório estava ligada no Brasil e alguns reflexos imediatos de sua articulação através de notícias e artigos na imprensa periódica.

Ana de Castro Osório já tinha uma carreira consolidada em Portugal quando começou a buscar o público brasileiro. Resumidamente, podemos lembrar que ela foi editora, principalmente de livros infanto-juvenis, literatura que ela abraçou também como autora, tradutora e pela recolha de contos tradicionais, além de ter escrito algumas narrativas curtas e romances. Ela também foi responsável por alguns periódicos e colaborou com diversos jornais e revistas. Politicamente, Ana de Castro Osório foi defensora incansável dos direitos das mulheres e é de sua pena o texto considerado primeiro manifesto feminista português, *Às mulheres portuguesas*, de 1905. Ela lutava pelo voto, pelo divórcio, pela possibilidade de trabalhar, receber salário e administrar seus bens sem depender de autorização do marido, e pela igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres no código civil. Para isso, atuou publicamente em prol da república, único sistema de governo que ela acreditava ser capaz de promover essas mudanças, tendo sido a principal articuladora e primeira presidenta da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1909.

---

<sup>4</sup> O conjunto de gêneros textuais de múltiplos autores que formam o periódico acabam por narrar, ainda que de forma fragmentária e descontínua, uma outra história cultural (BURKE, 2003).

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



Ana de Castro Osório também está vinculada ao Brasil de diversas formas. Alguns de seus livros infanto-juvenis foram aprovados para uso nas escolas e para prêmios nos estados de Minas Gerais e São Paulo, como *Uma lição de História* (1909), *As boas crianças*, nona série da coleção “Para crianças”, *Os nossos amigos* (1910?) – em coautoria com o marido –, *Lendo e aprendendo* (1913) – publicado em São Paulo, pela Empresa de Propaganda Literária Luso-Brasileira –, e *O livrinho encantador* (1923). Isso demonstra um trabalho árduo de estabelecimento de relações socioculturais e mercadológicas no Brasil, antes, durante e depois esse período de residência no país.

Para as crianças, além da série em vários volumes saídos por sua própria editora e que ela busca comercializar também deste lado do Atlântico (GOMES 2016), Ana de Castro Osório publica, em 1923, *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil*, buscando uma aproximação maior com o público e com o mercado brasileiros. No ano seguinte, lança *A grande aliança*, com o subtítulo “a minha propaganda no Brasil”, reunindo as ideias que ela propagara em uma série de conferências realizadas entre 1922 e 1923 no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria. Em 1927, sai o romance *Mundo Novo*, sobre uma escritora feminista que busca nova vida aqui.

Seu objetivo de alcançar o mercado brasileiro era antigo. No espólio de sua família há a correspondência com representantes comerciais e amigos indicados a fazer divulgação de sua obra “Para as Crianças” no Brasil. Os resultados nem sempre foram positivos, mas ela continuava tentando com outros contatos.

Quando Ana chegou aqui, procurou ampliar suas relações e tratou ela própria de divulgar sua obra infantil e literária. Então, encaminhou um livro, *Infelizes*, a Júlia Lopes de Almeida com carta de apresentação, de modo a se fazer conhecer também como autora não apenas de livros infantis, conforme assume em artigo dedicado à escritora brasileira no *Portugal Moderno* motivado por as duas escritoras terem se encontrado:

Muito conhecida e estimada no meu país pela *élite* intelectual, D. Júlia Lopes foi dos primeiros nomes que tracei na relação de ofertas que desejava fazer. E a acompanhar, em livrinho simples, falando dos *humildes*, que só não teve este título por ter aparecido outro assim chamado, escrevi uma carta a D. Júlia apresentando-o e apresentando-me, seguindo desde então a norma, ainda não posta de parte, de preferir sempre apresentar-me pessoalmente do que pedir aos outros



para dizerem por delicadeza, o que talvez não sintam muitas vezes.  
(*Portugal Moderno* 13:633, 19 out. 1912, p.2 – itálicos do original).

A partir do encontro e da publicação desse artigo, uma relação de amizade se estabeleceu entre Ana e Júlia. Esta escreveu uma carta para aquela agradecendo suas palavras em 22 de outubro: “O meu desejo quando li o seu adorável e consolador artigo no “Portugal Moderno” foi correr à Central, apesar do medo que ela me inspira e ir ao seu querido ninho apertá-la de encontro ao coração.”<sup>5</sup>

Intelectualmente, as duas já se conheciam. Prova disso é que Júlia Lopes de Almeida já havia publicado n’*O Paiz* um esboço bio-bibliográfico da escritora portuguesa elogiando suas produções para as crianças em 1907:

Por isso tudo, a arte de escrever para crianças exige prodígios da imaginação mais maleável e vagabunda e a maior atenção na urdidura dos acontecimentos.

Ora, é exatamente essa uma das qualidades que admiro na biblioteca infantil da Incansável escritora portuguesa D. Ana de Castro Osório, nome que a nova geração da sua pátria deve ter na mais alta consideração. (*O Paiz* 8299, 24 jun. 1907, p. 1).

O contato pessoal no Brasil possibilitou estreitamento dos laços. Na década de 1930, Júlia respondia de Paris uma carta da amiga. As relações estabelecidas entre Ana de Castro Osório e Júlia Lopes de Almeida são exemplo do tipo de ação empreendido pela escritora portuguesa no Brasil na divulgação de seus livros. Ao comentar obras alheias na imprensa dos dois lados do Atlântico ou servindo de intermediária, em Portugal, para a divulgação de obras brasileiras, ela estabelece alianças que a favorecem enquanto intelectual.

Por outro lado, Ana se esforçava em difundir suas produções para crianças no Brasil. Por isso, entrou em contato com Julião Machado, que era desenhista do periódico voltado para o público infantil, *O Juquinha*. Todavia, apenas conseguiu que sua coleção fosse indicada como presente de Natal numa edição especial daquele ano, sem que Julião aceitasse publicar nenhum de seus contos no jornalzinho brasileiro.

---

<sup>5</sup> PT/BNP/Coleção Castro Osório/N12 Cx2 ms160(1).



Fig. 1 - *O Juquinha* n. 4

No canto inferior esquerdo, a “Bibliotheca infantil / Anna de Castro Osório” como sugestão de presente.

Outros contatos, no entanto, foram mais profícuos. É o caso das relações estabelecidas por Ana de Castro Osório e Paulino de Oliveira junto a um grupo de mineiros envolvidos com questões educacionais. Além da aprovação de livros de Ana para uso nas escolas e premiações no estado de Minas Gerais, estabeleceu-se a melhor forma como ela deveria se apresentar no II Congresso Pedagógico Brasileiro, que ocorreria em Belo Horizonte. O português residente naquela cidade, Avelino Fernandes, procurou diligenciar o modo como seus patrícios deveriam ser convidados e como deveriam proceder no congresso.

A viagem a Minas Gerais e a participação de Ana de Castro Osório no congresso pedagógico foram amplamente divulgadas no *Portugal Moderno*, que a destacou como intelectual portuguesa ovacionada em Belo Horizonte. O tema de sua conferência, infelizmente não publicada no jornal, defendeu o incentivo do uso de literatura infantil na educação. Ou seja, ela aproveitou o evento para justificar a aceitação de seus livros nas escolas: “Mais uma vez, D. Ana de Castro Osório, pôs em relevo a intelectualidade do seu país, prendendo a atenção do auditório seletivo que a



escutava, com o encanto da sua palavra, cheia de colorido, dissertando sobre *A arte e a literatura na educação infantil.*” (*Portugal Moderno* 13:631, 12 out. 1912, p. 1 - itálicos do original).

Além de notícias sobre o evento, ela própria escreveu sobre sua presença e relatou em seis partes seu deslocamento “Através de Minas”. Ana explorou os temas que a interessavam, como a aliança cultural luso-brasileira e a educação feminina. Ela começa por apresentar os mineiros como culturalmente próximos aos portugueses:

De fato julgamos sintetizar verdadeiramente o nosso sentir na frase que espontaneamente nos acudiu aos lábios ao perguntar-nos alguém a impressão que tínhamos da terra dos Inconfidentes: – Quando nos sentirmos estrangeiros no Brasil, viremos para Minas e estaremos entre irmãos. (*Portugal Moderno* 13:634, 23 out. 1912, p. 1).

Essa relação cultural entre brasileiros e portugueses faz parte da campanha que a Castro Osório desenvolve em vários artigos no *Portugal Moderno* e que chegará ao livro *A Grande Aliança*. Na série de artigos sobre sua viagem por Minas, a presença histórica portuguesa é também destacada como algo a se preservar, tal como ela indica que se deva fazer com Ouro Preto, que ela teme entre em decadência com a nova capital.

E ainda no artigo sobre o congresso, ela destaca o papel das mulheres na educação:

Nos grupos escolares, todos dirigidos por senhoras, conforme o preceito mais adotado pelos pedagogos, de entregar quanto possível a primeira infância à mulher, já existe o trabalho manual, aliado ao intelectual, que é o desejo de todos os educadores. O próprio trabalho das meninas, que é quase sempre uma maneira engenhosa de matar o tempo, têm-no as professoras tornado utilitário e que poderá ser, para muitas um princípio de pequena mas útil indústria caseira. (*Portugal Moderno* 13:634, 23 out. 1912, p. 1).

Liga-se assim, à sua análise sobre o ensino destinado às meninas em Minas Gerais, o propósito sempre levantado por Ana de Castro Osório de que as mulheres devem ser economicamente independentes, que devem trabalhar e controlar seus rendimentos. Além disso, Ana termina seu artigo com uma defesa da república, por Afonso Costa, segundo ela, ter compreendido a obra educacional do padre Antonio Oliveira, “que tão querido é por toda a República Portuguesa, considerada a

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



intransigente inimiga dos padres” (*Portugal Moderno* 13:634, 23 out. 1912, p. 1), por ela associar às ideias pedagógicas desse padre o que Leon Renault, do Instituto João Fernandes, estava realizando em Minas Gerais.

Quanto às relações estabelecidas, a viagem do casal Ana e Paulino através de Minas foi ciceroneada por um grupo de pessoas de sua relação, dos quais alguns nomes são citados ao longo da narrativa: “o bom professor dr. Luís Pessanha, o melhor dos companheiros e a boa alma do Congresso” (*Portugal Moderno* 13:636, 30 out. 1912, p. 1); e “o futuro engenheiro Roberto de Vasconcellos”, filho “do distintíssimo historiador dr. Diogo de Vasconcellos” (*Portugal Moderno* 13:638, 6 nov. 1912, p. 1), que os visitou no hotel em Ouro Preto. O retorno a Belo Horizonte foi acompanhado pelo dr. Costa Sena, que os apresentou a escola museu com as pedras retiradas das minas. Na nova capital mineira, eles foram recebidos pelo amigo Avelino Fernandes. Ao exaltar os feitos do comendador português para o desenvolvimento da cidade, além de agradecer os trabalhos prévios realizados pelo amigo, indica à colônia lusa e mesmo aos mineiros o nível de importância desse patricio, fortalecendo sua influência em Minas Gerais.

Ao acompanharmos os comentários e as notícias publicados sobre Ana no *Portugal Moderno*, uma lista de nomes de empresários, políticos, editores e escritores se apresenta. Apesar de não ser possível depreender o nível de contato estabelecido, ou se essas relações se solidificaram e foram aproveitadas pela escritora em algum momento, sua publicação no periódico demonstra um pouco de sua recepção enquanto autora naquela momento no Brasil.

Assim, destacamos que, além do próprio diretor do jornal, Luciano Fataça, comentam as obras na imprensa ou em livros de Ana de Castro Osório: Luiz Lúcio (português residente em Juiz de Fora/MG); Leopoldo de Freitas (presidente da Associação do Livre Pensamento em SP, pronunciou conferências sobre Literatura Portuguesa e era genro do deputado Moreira da Silva) em artigo transcrito do jornal paulista *Diario Popular*; e Paiva Salles (secretário de agricultura de SP).

Na visita ao Rio em 1912, documentada no *Portugal Moderno*, Ana e Paulino foram recepcionados por: Maria Pessoa de Sá, Alice Lopes, Francisco V. de Sá, Illydio Lopes, João Pedro Lopes, Luiz Antonio Lopes, Julio Fernandes Tavares, José Lopes Amaral, João Rodrigues Lopes, Abilio Ribeiro Figueiredo, Reredo Teixeira, Elisario Brandão, Francisco d'Oliveira Marques Junior, Luciano Fataça, etc. O jornal conta que não puderam passear porque o tempo esteve ruim a semana toda, mas foram agraciados



com um jantar de homenagem do Bernardino Machado, ministro de Portugal no Rio, no hotel dos Estrangeiros. Também houve um almoço íntimo oferecido pelo *Portugal Moderno* no restaurante Stadt München e um passeio de automóvel à Tijuca, sendo recebidos por José Baptista Vaz de Carvalho e seu genro João da Costa Barreiros, da firma Vaz de Carvalho & Cia. O casal tinha se deslocado ao Rio de Janeiro para acompanhar Ana Villalobos Galheto que embarcava para a Alemanha. Vieram com Joaquim David Galheto (negociante de São Paulo, parte da firma Augusto Rodrigues & C.<sup>a</sup>). Na despedida à Galheto no navio estavam presentes também Filinto de Almeida e Júlia Lopes de Almeida.

Após a viagem de Ana de Castro Osório por Minas Gerais, a escritora viajou a Portugal para levar seu filho José Osório de Castro, “que tendo completado o curso primário no grupo escolar dirigido pelo professor paulista sr. Frontino Guimarães, vai seguir os seus estudos no delicioso país onde viu pela primeira vez a luz do dia. Vai matricular-se no Liceu Camões, de Lisboa.” (*Portugal Moderno* 14:659, 18 jan. 1913, p. 1). Ela estava a bordo do navio König Wilhelm II, que abordaria ao Rio de Janeiro no dia 20 de janeiro de 1913. Na edição do dia 22 daquele mês, o *Portugal Moderno* relata que infelizmente o navio ficara apenas três horas no porto carioca, o que impediu que Ana visitasse algumas “famílias que muita simpatia lhe consagram”. Apesar da curta permanência na cidade, ela foi saudada no navio

por elevado número de pessoas, entre as quais notamos: melles. Maria, Joaquina, Jerônima e Elzira Machado, gentilíssimas filhas do sr. dr. Bernardino Machado, ministro plenipotenciário de Portugal; melle. Alice Lopes, D. Palmira de Abreu F. Castello Branco, e srs. Agnello Pessoa, secretário da Legação Portuguesa, como representante do nosso ilustre ministro, Illydio Lopes, João Lopes, Luciano Fataça, diretor do *Portugal Moderno*, Victorino Coelho de Carvalho e Antonio de Carvalho Pimentel, ambos também do corpo redatorial desta folha (*Portugal Moderno* 14:660, 22 jan. 1913, p. 1).

Mesmo presente por pouco tempo no Rio de Janeiro, Ana de Castro Osório recebeu representantes da diplomacia portuguesa, da família de Bernardino Machado, pessoal ligado ao jornal e amigos. Isso demonstra o reconhecimento que ela tinha, sobretudo na colônia portuguesa, como intelectual e política.

A partir dessas notícias, dos artigos escritos por Ana de Castro Osório sobre sua viagem a Minas Gerais, e pelas cartas por ela recebidas de pessoas vinculadas ao Brasil, foi possível perceber o meio pelo qual ela se movimentava e suas ações para que



seus objetivos fossem atingidos. Ressalta-se a busca por estabelecer contato com portugueses influentes na sociedade brasileira e nos meios editoriais, além do relacionamento pessoal que ela procurou ter com a escritora Júlia Lopes de Almeida e que perdurou muito além de sua estada no país.

### **Mulheres e política no *Portugal Moderno***

Ana de Castro Osório teve uma participação ativa no jornal da colônia portuguesa. Se ela já havia aparecido em suas páginas com artigos copiados de jornais portugueses e, como vimos, escrevendo excepcionalmente para o *Portugal Moderno* a partir de Lisboa, ao se transladar para o Brasil, a autora de “O problema feminista” vai se tornar colunista permanente do jornal, responsável por um artigo semanal. Nesses textos, vemos o predomínio de alguns temas de seu interesse.

Ana de Castro Osório não parece ser apenas uma colaboradora desse jornal. Seus textos ocupam posição de destaque, normalmente o de abertura ao alto da primeira página, lugar anteriormente dedicado aos editoriais do redator Luciano Fataça. A quantidade de publicações é expressiva no período. Entre 16 de setembro de 1911, data da primeira participação por contrato, e a última a que tivemos acesso, em 14 de dezembro de 1913, Ana de Castro Osório publica no *Portugal Moderno* 52 artigos, apenas 1 não é inédito, ao longo de 90 números. Além disso, insere um conto original e duas traduções: um conto de Natal de Andersen e 41 capítulos de um longo folhetim, “O inevitável trunfo”, tradução do romance *Hilda van Suylenburg* (1897), de Cecília de Jong van Beek em Donk. Esse romance é considerado um marco do feminismo holandês. Ana de Castro Osório afirma estar traduzindo do alemão para o português (desde a primeira publicação até 1913, o romance teve 7 edições em holandês, 6 em alemão, uma em sueco e outra em francês). Não conhecemos outra tradução para o português e é uma pena que o jornal *Portugal Moderno* não esteja completo na Biblioteca Nacional para acompanharmos o romance até seu término. Mesmo assim, esse folhetim mostra que Ana de Castro Osório estava a par do que outras feministas estavam produzindo em outros países e ajudava a difusão e a veiculação de suas ideias.

Sua presença também vai alterar sensivelmente o estilo do periódico, como se ela fosse uma editora não oficial, atuando ao lado de Luciano Fataça. O destaque dado às suas produções e a presença cada vez maior de mulheres colaboradoras vai levar a



que essa folha se torne também um órgão feminista, por esse tema também ser discutido pelos homens relacionados com a redação.

Em seus textos, encontramos o esperado destaque para a república recém-implantada em Portugal, para a participação das mulheres na sociedade e a luta por seus direitos, e a defesa de educação de qualidade para todos, tópicos já discutidos amplamente por Ana de Castro Osório em seu país. Liga-se a isso uma proposta de aliança cultural entre as duas nações, com uma grande preocupação com o papel da colônia imigrante nas relações luso-brasileiras. Esse tema será o foco de suas conferências de 1922 e 1923 reunidas em *A Grande Aliança*. No entanto, não era uma novidade. Já em junho de 1908, o *Portugal Moderno* republicara um texto de Ana de Castro Osório editado por um jornal de Lisboa respondendo às conferências sobre o Brasil realizadas por Paul Doumer, que defendia a estreita relação cultural entre brasileiros e franceses. Defendia ela que:

O Brasil não é verdadeiramente a nossa obra, mas é a obra do nosso sangue, somos nós que lá revivemos, nós que poderíamos desaparecer da Europa com a nossa grande história os nossos monumentos e até com a nossa língua – se isso fosse possível – que continuaríamos a viver lá ao longe, com todas as nossas qualidades e até os nossos defeitos, com a história do nosso povo que é a história do seu passado, com os nossos livros, a nossa língua, com a nossa alma, enfim... Não é verdade que o Brasil para um português é uma grande Pátria? Não sentimos nós que estamos entre família, quando estamos com eles? (*Portugal Moderno* 9:446, 27 jun. 1908, p. 1).

Isso antes de conhecer pessoalmente o Brasil. Estando aqui, a preocupação em manter ligados culturalmente os dois países se torna mais evidente. Vimos o quanto ela se importa com as cidades, os monumentos e mesmo o jeito mineiro de ser, ao passear por Minas Gerais, a todo o momento relacionando aquele estado com os portugueses. Havia, inclusive, uma preocupação com a mudança da capital para a nova Belo Horizonte, por a colônia portuguesa ainda ser pequena naquela cidade. E é justamente o cuidado com o papel dos imigrantes portugueses que vai ser constante em seus textos, com destaque para a série intitulada “Para ser lido em Portugal”, publicada em treze partes, entre 3 de fevereiro e 11 de maio de 1912.

A motivação para esses artigos foi a viagem realizada por Alexandre Braga ao Brasil ter sido mal recebida pela colônia lusa, por ele criticar o estado em que estava a monarquia portuguesa pouco antes da proclamação da república. Braga era um “Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



republicano histórico. Ele já havia sido deputado em 1906 e era reconhecido como orador e propagandista da república. A proposta de sua viagem tinha um duplo viés. Ele também pretendia apresentar aos dirigentes republicanos portugueses “o que é, realmente o Brasil e qual a maneira melhor de aproveitarem a tradicional corrente imigratória, que não tem afrouxado há quatro séculos, e que não diminuiu sequer com a independência” (*Portugal Moderno* 13:571, 3 fev. 1912, p. 1). Pois, segundo ela, havia um desconhecimento geral sobre o Brasil em Portugal, principalmente, não se conhecia lá o povo brasileiro, apesar de o país sul-americano ser “a terra sôfrega que bebe anualmente uma grande parte do sangue português, e devolve à pátria como máquina aperfeiçoada, os resíduos inferiores, que não tiveram resistência, nem inteligência para triunfar” (*Portugal Moderno* 13:571, 3 fev. 1912, p. 1).

Percebe-se, por esse texto, que ou Ana de Castro Osório não conhecia de fato a situação de seu país e o que fazia com que tantos jovens emigrassem, ou não queria criar um problema político para o novo regime apontando problemas estruturais portugueses. Além disso, para uma autora que se considerava humanista, é estranha essa defesa sem modulação da lei dos mais fortes e adaptáveis. Segundo Miriam Halpern Pereira, ao longo do século XIX, “o emigrante está longe de imaginar que constitui um peão na política dos países implicados no seu destino” (PEREIRA, 2002, p. 26). Questões socioeconômicas brasileiras e portuguesas intensificavam a onda migratória, independentemente de qualquer ação coerciva do governo português. Do lado brasileiro, desde meados do oitocentos, havia a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava com a proibição do tráfico negreiro. Do lado europeu, sobretudo nos países mediterrânicos, a emigração é resultado “da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais da enorme massa de camponeses que a desagregação do Antigo Regime e o desenvolvimento das relações capitalistas no campo libertara” (PEREIRA, 2002, p. 19). No caso português especificamente, após a revolução liberal, “um número crescente de filhos de camponeses não encontrava trabalho nem no campo, nem da indústria. O modelo de desenvolvimento econômico português oitocentista não permitiu a absorção do excedente demográfico” (PEREIRA, 2002, p. 20).

A preocupação de Ana de Castro Osório era com a crescente influência da colônia de imigrantes italianos no Brasil, sobretudo em São Paulo, onde ela residia. Segundo Ana, enquanto em Portugal havia um desconhecimento geral sobre a situação brasileira, na Itália havia ampla divulgação, mesmo sendo eles a terceira fonte de



imigrantes, atrás ainda da Espanha. E, mesmo assim, também o jornal *Estado de São Paulo* publicava constantemente informações telegráficas italianas.

Há uma dupla proposta defendida por Ana de Castro Osório para ser lida em Portugal. Em primeiro lugar, seria preciso valorizar as colônias africanas, incentivando a migração para elas em detrimento da brasileira, pois ela temia que seu país perdesse esses territórios para as grandes potências sob a acusação de má administração. O problema, segundo ela, era o povo que, “indiferente aos interesses futuros da coletividade, interesses que ele nem chega a compreender, ignorante como é, não procura nem procurará tão cedo, essas regiões incultas, correndo como formigas que saem dum mesmo formigueiro” (*Portugal Moderno* 13:571, 3 fev. 1912, p. 1). Caberia, então, aos que velam os destinos da nação, aproveitar melhor a leva emigrante portuguesa, que ela chama de “exportação voluntária do cidadão português”. Para isso, era preciso preparar melhor os que deixariam o país. E, preocupada com a forma como se fazer isso e inspirada na ação de Alexandre Braga, sente-se na mesma obrigação: “dizer o que pensamos e temos observado nos poucos meses de permanência aqui [...] O que temos observado, e o que pessoalmente temos sentido e pensado” (*Portugal Moderno* 13:571, 3 fev. 1912, p. 1).

Ao longo desses artigos, percebe-se um dos grandes problemas da emigração portuguesa para o Brasil aos olhos de Ana de Castro Osório: ser feita praticamente apenas por homens jovens solteiros.

Daí o perder-se, sem compensação, grande maioria do nosso povo emigrante, que, solteiro e sem compromissos, apenas se liga à Pátria por uma vaga e quase indistinta saudade da terra em que nasceu e pelo afeto aos velhos pais, que se extingue com a morte, não tendo depois nada que os chame ao país.

Assim facilmente casa, mais facilmente do que outro colono, e fica preso naturalmente à Pátria da nova família. (*Portugal Moderno* 13:572, 10 fev. 1912, p. 1).

Essa falta de vínculo entre o jovem português que emigra e sua pátria tem vários motivos, segundo a autora. Como muitos emigram ainda crianças e das aldeias mais remotas, “a Pátria é uma saudade e é um símbolo. É uma religião vaga e doce, como a lembrança dum sorriso materno ou dum conselho paternal. Não se pode tocar nessa preciosidade muito antiga e muito frágil, com receio de que se desfaça em pó toda a ilusão.” (*Portugal Moderno* 13:573, 17 fev. 1912, p. 1). Essa ideia vaga e tênue do



que é Portugal, que o jovem imigrante mal conhece, por ter saído muito novo e sem instrução, precisava ser alterada. Segundo a articulista, a imagem que o grande público no Brasil tinha dos portugueses era a de “ignorante, de galego, de burro, finalmente” (*Portugal Moderno* 13:574, 24 fev. 1912, p. 1). Tanto que, dantes, os brasileiros de família portuguesa se ufanavam de sua ascendência, mas que isso já não acontecia. E mesmo os imigrantes lusos, ao se casarem, tornavam-se brasileiros, pertencendo à pátria onde criou laços de afeto, pois, para ela, é a mulher que guarda o sentimento patriótico:

Por mais simpático e carinhoso afeto que manifestem pela terra onde nasceram, a sua verdadeira pátria é aquela que a mulher quer que seja a pátria de seus filhos.

Porque uma Pátria só se forma pelo sentimento que a mulher guarda e conserva no seu peito como o fogo sagrado das antigas vestes. É pela mulher que o sentimento da Pátria se transmite como uma religião, vive e triunfa de todos os outros sentimentos, e até da própria razão, na alma dos povos.

E se há mulher que tenha ardente, dentro do seu coração, o sentimento exclusivista da Pátria, essa mulher é sem dúvida a brasileira. (*Portugal Moderno* 13:573, 17 fev. 1912, p. 1).

Por isso, apesar da força do associativismo português no Brasil, responsável por apoiar os imigrantes, de tentar manter a cultura portuguesa e de educar os jovens que chegavam sem formação, isso não bastava para os manter de fato ligados à pátria. Ao se casarem com brasileiras, constituíam uma família dessa terra e, segundo Ana de Castro Osório, as mulheres do Brasil preferiam os portugueses aos colonos de outras nacionalidades, por os considerarem culturalmente próximos. Era preciso, portanto, que em Portugal fossem criadas escolas que instruissem os jovens sobre o passado glorioso de seu país e fomentassem o amor pela pátria. E que aproveitassem a colônia lusa para exportar os produtos nacionais para o Brasil. Todavia, continuando a emigração de jovens solteiros, seria difícil manter o patriotismo nas futuras famílias constituídas aqui, pois esse português se torna também brasileiro pelo casamento:

Mas fica brasileiro, principalmente, porque ainda mais forte do que a constituição e que todas as leis codificadas, está o amor entranhado e absorvente que a mulher tem à sua terra moça, à sua terra que tanto necessita desse afeto quase irrefletido, instintivo, que é a sua força fixadora.

É observando com plena liberdade de espírito, sem preocupações de jacobinismo patriótico, os fatos que se desenrolam aos nossos olhos,



que bem compreendemos o papel fundamental que a mulher representa na formação das nacionalidades.

Ela é como que a raiz que mergulha no seio quente da terra e com os seus mil liames fixa ao solo a árvore que se erguerá nas alturas, mas que logo perderá o viço e cairá sem vida, se essas raízes deixarem de haurir do solo a vida que as alimenta. [...]

É pela mulher que se transmite o amor à terra pátria; é pela mulher que o homem abandona e esquece tudo o que o prendeu ao berço natal. (*Portugal Moderno* 13:583, 27 abr. 1912, p. 1).

Fica evidente, portanto, a importância que Ana de Castro Osório dá à mulher na colonização e no vínculo patriótico. Todos os outros motivos e ações discutidos por ela e por outros, como educação, serviço militar, economia, associativismo, campanhas direcionando às colônias africanas, todos eles se tornam minoritários pela força com que as mulheres se ligam ao solo pátrio. Isso seria muito difícil de combater se os portugueses continuassem a emigrar solteiros e jovens. Era necessário mantê-los por mais tempo em Portugal, sendo instruídos e fazendo-os valorizar seu país, que “não é só essa facha de terra encantada à beira mar; mas é a Angola maior do que a França, a Guiné, Moçambique, Cabo Verde, Açores, Índia, Timor, Macau... tudo enfim que é a terra que nos custou muitas vidas de irmãos” (*Portugal Moderno* 13:574, 24 fev. 1912, p. 1), voltando, pois, a defender a ocupação das colônias africanas e asiáticas.

Ao analisarmos os artigos de Ana de Castro Osório para os imigrantes portugueses, percebemos então que ela procurava reconstruir o imaginário nacional. Os pontos principais de seu discurso aliam as características independentistas do povo português a uma participação feminina ativa. Ela defende que a república é o sistema de governo natural para Portugal, que as mulheres sempre foram politicamente atuantes em seu país, e que apenas o republicanismo permite uma participação feminina digna na coisa pública, por não precisar ser uma atuação envergonhada.

Segundo Castro Osório, a vivência politizada das mulheres não era uma atribuição apenas de rainhas e senhoras nobres, mas algo natural das portuguesas:

Se especialmente quiséssemos fazer história tratando em generalidade da influência da mulher na política portuguesa, sobravam-nos os fatos e os nomes, mingando-nos o espaço para uma relação que teria de subir os degraus do trono onde as rainhas impuseram sempre a sua vontade e influenciaram a sociedade do seu tempo, ora para bem, ora para mal, como descer até ao coração do povo, onde se abrigam tantas vezes os mais nobres e desinteressados sentimentos e onde todas as paixões e todas as ideias têm uma repressão intensa, que é como o



fluxo e refluxo da vaga a cantar e a ecoar na praia... (*Portugal Moderno* 12:558, 4 nov. 1911, p. 1).

É importante destacar que Ana de Castro Osório valoriza o papel de influência de todas as rainhas, não apenas das que reinaram ou foram regentes. E se as do povo não tiveram papel mais intenso na vida pública, foi pela repressão que sempre sofreram. É o que ela, no artigo “Feminismo”, responde ao padre Etienne Brasil, que havia sido entrevistado na *Gazeta de Notícias* sobre esse tema e afirmou que esse movimento não estava mais avançado no Brasil por causa da colonização portuguesa:

O senhor padre Brasil talvez não saiba que a mulher do nosso país foi sempre, através dos séculos, a mãe de família exemplar e ideal, aquela que dirige os negócios de sua casa, que substitui o marido e na ausência faz a administração dos seus bens; que educa os seus filhos, que os prepara com energia e saber para serem os triunfadores sociais. (*Portugal Moderno* 13:600, 26 jun. 1912, p. 1).

Sejam nobres ou plebeias, para Castro Osório, as mulheres, na história portuguesa, sempre foram agentes de propaganda. Os monárquicos as teriam usado. Depois, os republicanos perceberam a força da ação feminina na sociedade e convocaram as mulheres para fazerem parte da revolução.

A mudança, segundo Ana conta em seus artigos, era já latente, porque a revolução não se explicava pelos últimos momentos. Diz ela que “O que propriamente se costuma chamar a revolução não é mais do que o epílogo de crises coletivas que podem durar anos como duram séculos” (*Portugal Moderno* 12:559, 11 nov. 1911, p. 1). Em Portugal, a república teria começado a surgir quando a corte veio para o Brasil, com seu prólogo na revolta liberal de 1820.

Como a cachoeira que se precipita da montanha e depois do fragor da queda ainda corre vertiginosa, pela força adquirida, e se alastra pelo solo fecundo da planície e leva no seu leito tudo quanto lhe pretender embargar o passo; assim a ideia revolucionária caminhava na terra em que a Liberdade mais apaixonadamente tem sido amada e defendida, através de todas as dores, resistindo a todas as tiranias. (*Portugal Moderno* 12:566, 30 dez. 1911, p. 1).

Ao longo do liberalismo, explica Castro Osório, a mulher, cada vez mais interessada nos assuntos políticos, conservava-se aparentemente afastada, porque não



havia “nenhuma associação que tivesse a coragem de confessar-se abertamente política” (*Portugal Moderno* 12:559, 11 nov. 1911, p. 1). Essa teria sido a grande diferença entre a participação das reacionárias e das republicanas. Enquanto estas organizavam-se publicamente e defendiam seus interesses abertamente, aquelas precisavam agir de maneira oculta, pois o regime que elas apoiavam as silenciavam. Por isso a defesa e a propaganda republicana encetadas pela articulista. Daí também sua crítica aos que atacam qualquer ação política feminina, independentemente do viés seguido, pois ela também defende o direito das mulheres reacionárias de atuarem politicamente: “Nunca insultaríamos uma mulher porque ela se interessa pela política, porque faz propaganda, porque dirige, influi e manda, seja qual for o seu ideal” (*Portugal Moderno* 12:561, 25 nov. 1911, p. 1). Afinal, para ela, impedir que mulheres monarquistas defendessem suas ideias seria retroceder em algo conquistado pela república: a participação ativa das mulheres no debate político.

Ao descrever as ações políticas das mulheres em Portugal, Ana de Castro Osório valoriza as associações feministas, afinal, ela foi membro, colaboradora e mesmo fundadora e presidente de algumas delas. E incluiu nesse rol a maçonaria, da qual fazia parte. Segundo ela conta, como essa irmandade trabalhava em prol da liberdade e reconheceu “a necessidade de opor à propaganda da mulher reacionária influenciando diretamente na família e por ela na sociedade em geral” (*Portugal Moderno* 12:560, 18 nov. 1911, p. 1) com a propaganda da mulher liberal, por isso, “revendo e modernizando inteligentemente os seus estatutos conforme a evolução social” (*Portugal Moderno* 12:560, 18 nov. 1911, p. 1), já admitia lojas femininas autônomas e com direitos iguais às masculinas. Teria sido na Loja Humanidade, a primeira e a mais numerosa e poderosa das oficinas femininas que funcionavam no Oriente Português, que muitas senhoras se inscreveram na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. E dessa loja veio uma das fundadoras da Liga, a Carolina Beatriz Angelo, e Adelaide Cabette. Por Ana ter feito parte desse movimento, o artigo histórico se transforma num texto memorialístico que afeta a autora:

Hoje, decorridos sobre esses fatos quase três anos, com todas as emoções e crises e lutas, ansiedades e alegrias, do período mais agitado da vida portuguesa: tendo passado pelo nosso país como uma lufada purificadora a revolução triunfante de 5 de outubro, sabe-nos bem recordar serenamente, recolhidamente; coma unção de quem revive um passado muito distante pelo que em si contém de fatos, de



ideias e de sentimentos; muito perto porque faz quase ainda parte do momento presente, essas horas únicas de entusiasmo e de esperança em que as mulheres portuguesas iniciavam o caminho de luta pelos seus direitos influenciando na sociedade, trabalhando para a sua libertação, para que num meio mais propício o futuro lhes fosse de maior justiça. (*Portugal Moderno* 12:560, 18 nov. 1911, p. 1).

Isso não a impedia de criticar algumas ações da república em relação às mulheres. Também a incentivava a continuar lutando e a tentar convencer outras do seu gênero sobre a validade de sua luta. Para ela, “a legislação portuguesa é hoje a que mais dignifica a mulher na família. E há mulheres portuguesas que hostilizam a República e odeiam o ministro que verdadeiramente as libertou” (*Portugal Moderno* 13:569, 20 jan. 1912, p.1). Mesmo assim, ela não deixava de apontar problemas: “Por fim não podíamos deixar de protestar, como mulheres, como seres humanos que acima de tudo prezam a dignidade do seu sexo e a pureza e honestidade dos costumes, contra essa perversão social que se chama a prostituição legalizada” (*Portugal Moderno* 13:569, 20 jan. 1912, p.1).

Para continuar convencendo portuguesas e os governos, era urgente e necessário continuar lutando, algo que ela continuava fazendo, agora na imprensa periódica dos imigrantes:

A nossa propaganda não têm esmorecido, porque a mulher em Portugal deixou, felizmente, de ser política no sentido de ser a influência oculta e intrigante dos governos, mas luta serenamente e inteligentemente para ocupar dentro do seu país um lugar de igualdade que nobilita uma sociedade progressiva.

Precisamos de trabalhar muito para o conseguir?... Sem dúvida! Porque precisamos, antes de tudo, de educar a mulher para se tornar um ser nobre e altivamente livre, consciente dos seus direitos como dos seus deveres. Mas o núcleo das que conhecemos de perto e com quem lidamos fraternalmente, tanto as que fazem parte da “Liga Republicana das mulheres Portuguesas” como as que pertencem à “maçonaria”, como as que formam o brilhante grupo da “Associação de Propaganda Feminista” e muitas outras ainda que estão conosco embora não estejam agremiadas, dá-nos a certeza que a ideia caminha sem descanso e que a República, que já escancarou à mulher as portas das leis, que se tornaram humanas e dignas, há de satisfazer a todas as nossas aspirações libertadoras.

De longe seguimos com todo o nosso coração o trabalho das nossas colegas [...] (*Portugal Moderno* 13:569, 20 jan. 1912, p.1).



Apesar de Ana de Castro Osório ter afirmado algumas vezes ao longo de sua colaboração que sua luta feminista era para ser realizada em Portugal, sem querer interferir na sociedade brasileira, a divulgação de suas ideias e sua presença aqui era sentida. Contudo, como o *Portugal Moderno* era voltado para a colônia portuguesa, a repercussão não foi maior, talvez chegando apenas às pessoas de sua relação.

Suas ações no periódico, por outro lado, iam muito além da colaboração com artigos de cunho sociopolítico. Acreditamos que tenha sido ela a responsável pela aproximação ou não de outras escritoras e feministas. É o caso, pelo menos, de Ana Villalobos Galheto, que, segundo as notícias, era amiga próxima de Ana de Castro Osório. Além dela, há feministas portuguesas que se tornam colaboradoras ocasionais, com textos originais ou republicações, como Delfina de Lemos, Maria Veleda, Joana de Almeida Nogueira, entre outras.

É importante, portanto, também buscarmos compreender a visão que Ana de Castro Osório tinha sobre outras mulheres atuantes em seu tempo. Algumas ela comentou na própria série de artigos sobre a mulher na política portuguesa, o que deixa claro que Ana não dissocia a atuação política da composição literária. Nesse artigo, ela faz breves considerações sobre Angelina Vidal, Maria Veleda, Maria Amália Vaz de Carvalho, Cláudia de Campos, Virgínia de Castro e Almeida, Alice Moderno e Beatriz Pinheiro. A lista parte de recordações sobre as escritoras que escreviam no *Mundo*, mas não só. Vejamos: Angelina Vidal, “que fora socialista revolucionária e vermelha, afastara-se da propaganda, entristecida e desanimada com as tristes condições duma vida de luta áspera, começando talvez nela a evolução espiritual que a atirou para o misticismo dos últimos tempos”; Maria Veleda, “ainda nessa época se conservava no seu Algarve, presa numa dolorosa crise de sentimento que a alheava das grandes questões sociais que se agitavam já como um vento prognosticador da procela que se avizinhava”; Cláudia de Campos “foi sempre romancista e crítica histórica, uma vez por acaso, revelando nesse trabalho qualidades de lógica primorosa”; Virgínia de Castro e Almeida “também nunca lutou pelo triunfo das ideias sociais senão nos capítulos dos seus romances”; Alice Moderno “conservava-se, como ainda hoje, na sua ilha açoriana poetando, jornalizando, educando, e trabalhando sem lazer para conquistar o direito ao futuro sossego”; Beatriz Pinheiro “que entrara com tanto brilho e coragem na luta feminista-social, afastava-se num mutismo que é um crime a que ainda hoje nos não habituamos a sancionar sem o nosso protesto” (*Portugal Moderno* 13:567, 6 jan. 1912,

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



p.1). Mas Ana dedica mais espaço à Maria Amália Vaz de Carvalho, mais velha, já renomada, inclusive com colunas fixas em jornais de grande circulação no Brasil e que já aparecera no *Portugal Moderno* com textos copiados de outros jornais e de seus livros. Maria Amália, apesar de ter se lançado na carreira literária, ter aberto um dos salões mais frequentados de Lisboa e ter sido a primeira portuguesa eleita para a Academia das Ciências de Lisboa, não apoiava o feminismo. Em um texto de 1909, Vaz de Carvalho comenta sobre feminismo e a participação política das mulheres:

Eu não sou das que aprovam incondicionalmente a súbita e violenta invasão feminina, em todas as regiões onde há pouco ainda só o homem imperava, soberano e exclusivista. Gosto do movimento feminista em muitas coisas. Que a mulher se prepare para ganhar o seu pão quotidiano ou o dos filhos órfãos de pai [...]

Admiro a mulher artista ou escritora, elevando conscienciosamente e longe da cabotinagem oficial, o seu monumento de graça e de poesia, e dessas vejo adoráveis exemplos [...], pois não falo aqui das grandes mulheres que o gênio pôs fora das condições do seu sexo, tais como Madame de Stäel e Georges Sand, e no tempo dessas o feminismo ainda não era uma carreira militante.

[...] As mulheres também estão tentando as asas nas regiões da política, mas por ora que desastrados voos! Que ininteligência das coisas! Que sectarismo cego e fanático nas ideias!... (CARVALHO, 1920, p.145-152).

Por esses trechos, vê-se claramente que, por mais que a própria Maria Amália Vaz de Carvalho tivesse vida pública, uma carreira como escritora, enfim, ações que indicam um avanço nas condições impostas às mulheres na sociedade daquela época, ela ainda se mostrava reativa aos avanços do feminismo e a uma maior participação política de seu gênero. Talvez por isso, Ana de Castro Osório, ressentida das posições políticas de Maria Amália, mas a desculpa, reconhecendo a importância dela como nome importante na intelectualidade portuguesa do final do século XIX:

Maria Amália Vaz de Carvalho conservava o bastão de marechala das letras nas mãos delicadas de patriciã. A febre que nos fazia agir, atirando com o desafio da nossa palavra ardida ao velho preconceito e à caduca sociedade em que fora criada e vivia, assustava-a, mas não a irritava.

A grande escritora portuguesa foi sempre um belo e claro espírito que o meio apertou em moldes que por vezes rompe numas fugas brilhantíssimas e que serão mais tarde páginas de verdadeiro combate, justificação aos nossos ataques a toda essa inútil sociedade que se julgava a superior. (*Portugal Moderno* 13:567, 6 jan. 1912, p.1).

A luta política republicana e feminista era tão importante para Ana de Castro Osório, que isso interferia em seu apoio a outras escritoras. No espólio da família de Ana de Castro Osório na Biblioteca Nacional de Portugal há duas cartas da escritora Maria O'Neill. A primeira agradecia a amiga pelo envio de uma colaboração para o *Almanaque das Senhoras*, fundado em 1870 por Guiomar Torresão, cujos volumes para os anos de 1911 a 1925 ficaram a cargo de O'Neill. Nessa mesma missiva, Maria pede a Ana de Castro Osório que consiga algum contrato de colaboração na imprensa porque precisava de “remuneração certa”<sup>6</sup>. O arquivo não contém a resposta, mas a carta seguinte, de 22 de setembro de 1912, revela informações prestadas pela correspondente do Brasil. Ana teria lamentado a forma com a qual os portugueses seriam recebidos aqui, o que dificultaria o acesso ao tipo de contrato que Maria O'Neill desejava. A editora do *Almanaque* ainda justifica suas relações com os monárquicos, respondendo a uma dúvida sobre o posicionamento político, mas declara-se republicana, apesar de não gostar “de combates, nem de pena”<sup>7</sup>. Por fim, Maria oferece-se para enviar algum pequeno texto ao *Portugal Moderno*, como forma de agradecimento:

se no modesto círculo das minhas ideias a minha pessoa lhe puder servir com meus versos, um conto ou qualquer coisa desse gênero para “O Portugal Moderno” terei muito gosto em lhe ser agradável sendo-me com isso por muito bem paga.<sup>8</sup>

Em março de 1913, o *Portugal Moderno* publica dois poemas inéditos de Maria O'Neill. Em abril do mesmo ano, mais um. Ou seja, a relação entre Ana de Castro Osório e a redação do jornal permitia que ela indicasse colaboradoras. Os dois sonetos de O'Neill, “Soneto”, “Lamento” e “O maior mal” repercutem o tema da mulher sofrendo o amor não correspondido, como as *Cartas Portuguesas*, atribuídas à soror Mariana Alcoforado, ou a lírica da poetisa romântica Maria Browne, tema ainda glosado, pouco depois, por Florbela Espanca, gerando escândalo.

---

<sup>6</sup> PT/BNP/FCPC/Coleção Castro Osório/N12-87(1).

<sup>7</sup> PT/BNP/FCPC/Coleção Castro Osório/N12-87(2).

<sup>8</sup> PT/BNP/FCPC/Coleção Castro Osório/N12-87(2).



Lamento  
(inédito)

Reconcentrado em ti, como um avaro,  
Sem ter afeição forte, que te acoite,  
Andas perdido numa eterna noite,  
Meu pobre coração! Que desamparo!...

Ficou-te na memória, como açoitado,  
A certeza de quanto custa caro  
O verdadeiro amor; —é mal tão raro  
Que a retribuí-lo não há quem se afoite.

Mais te valera nunca ter nascido  
Para viver assim, desiludido,  
De quanto está por vir ou já passou!

Do grande incêndio, agora num brasido,  
É maior dor que ter sobrevivido,  
Já não poder amar quem tanto amou!

Maria O'Neill (*Portugal Moderno* 14:677, 22 mar. 1913, p. 1).

Outras duas feministas portuguesas se tornaram colunistas assíduas do *Portugal Moderno*, posição que não deve ter sido oferecida à Maria O'Neill. Teresa Franco assina, a partir de junho de 1912, a coluna “De Passagem”, também na primeira página. Maria Evelina de Sousa, companheira de Alice Moderno e editora da *Revista Pedagógica*, de Ponta Delgada, envia notícias dos Açores a partir de fevereiro de 1913. A primeira era colaboradora e a última, sócia da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Talvez a participação nessa associação feminista republicana tenha sido fundamental para a ligação dessas escritoras com o jornal. Ou, quem sabe, as amizades monárquicas de Maria O'Neill tenham sido realmente impeditivo para que uma inserção efetiva nesse periódico. Como a questão política se tornou fator importante nessa folha, esses vínculos não podem ser ignorados.

### **Teresa Franco e o feminismo pelo mundo**



Mesmo residindo na Covilhã, no interior de Portugal, a jovem Teresa Franco mantinha uma atuação feminista ativa. Por lá, era assinante do jornal da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, além de ter colaborado nos periódicos *A Mulher Portuguesa*, da Associação de Propaganda Feminista, como uma das responsáveis pela seção “Através do Mundo”. Na *Revista Pedagógica*, assinou seções sobre o feminismo internacional (ESTEVES, 2005, p. 872). Esse é o mesmo conteúdo que ela vai enviar para sua coluna “De Passagem”, no *Portugal Moderno*.

Com a participação de Teresa Franco, o jornal da colônia lusa, focado originalmente apenas nos problemas dos imigrantes no Brasil e em notícias de Portugal, ganha um perfil cosmopolita. Sua coluna, apesar da pequena extensão, levanta as principais bandeiras da luta feminista, sobretudo por direitos e por posições de comando e direção, e relata as discussões internacionais e as vitórias obtidas nos mais diversos países. O principal foco é para o que acontece na França e na Inglaterra, mas as notícias abrangem outros países, mesmo a longínqua China.

A primeira coluna apresenta o que será o conteúdo da coluna: “Ligeiras notas, impressões colhidas ‘de passagem’ para um futuro ainda distante: aí vão como um feixe de saudades, com destino às queridas irmãs brasileiras.” (*Portugal Moderno* 13:595, 8 jun. 1913, p. 1). É como se cada publicação representasse um passo no caminho para uma sociedade mais igualitária. Muitas crônicas eram sobre as conquistas das mulheres portuguesas, mesmo as mais simples, como o Centro Democrático do Porto ter convidado Maria Veleza para proferir uma conferência sobre feminismo:

A prova mais segura e flagrante de que em Portugal está cada vez despertando mais vivo interesse a situação da mulher na sociedade moderna encontra-se num simples volver d’olhos constatando o número de distintas senhoras e homens ilustres da nossa terra que a esse problema dedicam a generosidade do seu coração e os fulgores do seu talento. [...]

É sempre assim: vai-se lentamente, na impossibilidade de vencer aos primeiros passos todos os lacerantes obstáculos da vereda ainda quase intransitável, quando se toma um caminho para onde a alma nos foge. Depois, outros viajeros ensaiam o novo trilho, que a pouco e pouco se ameniza e alarga. É o triunfo. (*Portugal Moderno* 14:627, 28 set. 1912, p. 1).

Ou ainda, na crônica de 12 de outubro de 1912, a felicidade em relatar que uma enfermeira havia sido apontada como fiscal do Hospital Estefânia. Pequenas conquistas



como essa eram vistas como um triunfo do feminismo, por cada vez mais mulheres estarem sendo indicadas pelo governo republicano para cargos de direção.

Enquanto isso, Teresa Franco refletia sobre os rumos do feminismo no estrangeiro e suas formas de luta. As sufragistas inglesas foram diversas vezes tomadas como modelo de conduta:

Na reivindicação dos seus direitos, lutando por um ideal, o homem quase sempre tinge de sangue o caminho desbravado.

É ainda o mais forte que para vencer recorre, em ocasiões decisivas, aos meios extremos que confrangem o espírito, qualquer que seja o nosso modo de pensar. [...]

Quando vemos que nos conflitos criados pelos protestos d'alguns centos ou milhares d'homens são arrebatadas algumas vidas, tanto mais admiramos o sangue frio das fervorosas sufragistas militantes inglesas nas suas enérgicas manifestações – lutando pelos interesses morais e materiais de milhões de criaturas. (*Portugal Moderno* 13:610, 31 jul. 1912, p. 1).

Por isso, apesar de comemorar que as mulheres estivessem sido aceitas como voluntárias para acompanhar o exército, como enfermeiras, cozinheiras, costureiras, etc., e mesmo na defesa, na guerra turco-balcânica, Teresa Franco assume-se como pacifista:

Mais uma vez o espírito novo se nos revela sob uma modalidade diversa na conflagração turco-balcânica: em Sofia centenares de mulheres correm para o exército, organizando-se bandos de voluntárias que vão para os acampamentos preparar as refeições e confeccionar fardamentos, outras afluem, irmanadas na sua fervorosa abnegação à Cruz Vermelha.

Na Turquia reclamam para seguirem nas ambulâncias para a fronteira, ao passo que as sérvias não se limitam à excelsa missão d'enfermeiras, armando-se para a defesa da pátria.

[...]

Entretanto, oxalá nunca se nos oferecesse tal ensejo para celebrarmos o feminismo.

[...]

Um dia virá, e bem luminoso e radiante, em que as nações poderosas, num amplexo sublime, tornem realidade o sonho do pacifismo. (*Portugal Moderno* 13:638, 6 nov. 1912, p. 1).

Com as colaborações constantes de Teresa Franco apontando e comentando as lutas e as vitórias feministas por todo o mundo, novos discursos se articulam no *Portugal Moderno*. Não é mais apenas a questão das mulheres portuguesas, mas de todo o mundo, ampliando a campanha para o “humanismo”, termo de preferência da própria

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



Ana de Castro Osório. Essa coluna alinha-se ao folhetim feminista holandês traduzido por Ana para esse jornal tornando-o um produto editorial que poderia atrair público mais amplo do que a colônia portuguesa no Brasil. Assim, por mais que Ana indicasse que sua propaganda era exclusivamente voltada para Portugal e para a colônia portuguesa, a abertura da discussão para o que se passava em outros países e mesmo o direcionamento específico de Teresa Franco às brasileiras, indicam que houve uma tentativa de maior aproximação entre os grupos feministas dos dois países. Um dos resultados foi a presença de colaboradoras brasileiras ligadas a essa luta, como Ana Villalobos Galheto e Emiliana Delminda.

### **Considerações finais**

Com todas essas mudanças implementadas a partir da colaboração de Ana de Castro Osório, como a discussão constante da questão feminista e republicana, a ligação cultural entre a colônia lusa e o Brasil, a atração de outras colaboradoras, a discussão cosmopolita do tema, o jornal dos imigrantes se tornou também um órgão de divulgação da propaganda feminista. Até mesmo redatores e colaboradores começaram a discutir o tema nessa folha, defendendo uma maior participação das mulheres e mesmo a busca por uma situação mais igualitária. A essa presença na imprensa periódica, Ana aliou a rede de sociabilidade que ela articulou durante sua estada no Brasil, de modo a ampliar seu reconhecimento como autora e a conquistar mercado para seus livros.

A nova república portuguesa defendida por Ana de Castro Osório junto aos imigrantes era a materialização da liberdade do povo português. Com o novo regime, vieram algumas leis que melhoraram as condições sociais das mulheres, mas não era suficiente. A plena emancipação ainda dependia de luta. Sua propaganda republicana não era pelo partido, mas pela possibilidade de novas conquistas feministas que o novo sistema de governo promoveria.

Por seu histórico na imprensa periódica e na propaganda feminista, Ana sabia que seu discurso não deveria ser um ataque frontal à nação. O que ela fez no jornal carioca foi reconstruir o imaginário da comunidade lusa, valorizando o perfil de independência do povo português, algo já valorizado pela própria data de fundação do *Portugal Moderno*, 1 de dezembro, aniversário da restauração da independência. A essa imagem ela associou a luta republicana e uma história de participação política das

mulheres, oculta e pressionada durante a monarquia, incentivada e aberta na nova situação. Assim, em meio à colônia de imigrantes portugueses no Brasil, Ana de Castro Osório amplificou a participação de escritoras na imprensa periódica e discutiu temas como o divórcio, o sufrágio feminino e uma equiparação legal entre homens e mulheres. Ela e outras mulheres que ela agregou deram passos importantes na longa e árdua luta por uma sociedade mais igualitária. Por isso, é preciso recordar uma de suas frases, retirada do artigo “As mulheres nas leis da República Portuguesa”, do número especial do *Portugal Moderno* de 5 de outubro de 1913, comemorativo do terceiro aniversário da proclamação da república em Portugal: “Os povos só se libertam por si mesmos, e às mulheres há de suceder o mesmo”.



## Fontes

No setor de Publicação Seriadas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

*Portugal Moderno*: orgam portuguez no Brasil. Rio de Janeiro: 1899-1913.

*O Juquinha*. Rio de Janeiro: 1912-1913.

*O Paiz* n.º 8299. Rio de Janeiro: 24 jun. 1907.

No setor de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal:

Espólio da Família Castro Osório, Correspondência de Ana de Castro Osório.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento* [de Gutenberg a Diderot]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. "As mulheres na política". in: \_\_\_\_\_. *Páginas Escolhidas*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1920.

CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade (coord.). *Mulheres na 1ª República*. Percursos, Conquistas e Derrotas. Lisboa: edições Colibri, 2011.

CERDEIRA, Teresa Cristina. *Mulheres e Revolução: a Cultura Marialva posta em questão*. Rio de Janeiro: *Revista Mulheres e Literatura*, vol. I, 1997.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos Avançados* 11(5), São Paulo: 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>

CORDEIRO, Célia Carmen. Semear para colher: a contribuição de Ana de Castro Osório em *A Semeadora* (1915-1918). in: LOUSADA, Isabel, CHAVES, Vania. *As mulheres e a imprensa periódica*. v. 2. Lisboa: CLEPUL, 2014.

CRUZ, Eduardo da. "Imprensa luso-brasileira no Rio de Janeiro oitocentista". In: CRUZ, Eduardo da; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz (Org.). *No Giro do Mundo*: os periódicos do século XIX no Real Gabinete Português de Leitura - vol. II. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2015.

ESTEVES, João. Teresa Franco [verbete]. in: CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João (Dir.). *Dicionário no Feminino* (séculos XIX-XX). Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: CIG, 2014.

"Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)". Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



\_\_\_\_\_. “Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.<sup>a</sup> República”. in: CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade (coord.). *Mulheres na 1.<sup>a</sup> República*. Percursos, Conquistas e Derrotas. Lisboa: edições Colibri, 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro. A Grande Aliança de Ana de Castro Osório: um projeto político-pedagógico fracassado. *Estudos do Século XX*, v. 11, p. 20-43, 2011

\_\_\_\_\_. “A “grande aliança”: um projeto político-pedagógico luso-brasileiro na Primeira República”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH 2013*. Natal: 2013.

Disponível em:

<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362239883\\_ARQUIVO\\_TextoAnaCOsorioanpuh13.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362239883_ARQUIVO_TextoAnaCOsorioanpuh13.pdf)>. Acesso em: 15/07/2016.

\_\_\_\_\_. “Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil”. in: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LOUSADA, Isabel. “Entre Marias, Ana. De Castro Osório, Entre Correspondências”. *Anais do VII Seminário Internacional Mulher e Literatura*. Caxias do Sul: UCS, 2015.

\_\_\_\_\_. “Imprensa: amplificador da voz feminina”. CASTRO, Zília Osório; ESTEVES, João; MONTEIRO, Natividade (coords.). *Catálogo do Seminário Mulheres na 1.<sup>a</sup> República. Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 41- 48, 2011.

LOUSADA, Isabel. LAGUARDIA, Angela. Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas. *Navegações: revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*, v. 6, n. 1, jn./jun. 2013. Porto Alegre: PUC-RS/CLEPUL(Universidade de Lisboa), 2013.

MENEZES, Lená Medeiros de. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. in: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, 2007.

OSÓRIO, Ana de Castro. *A Grande Aliança: a minha propaganda no Brasil*. Lisboa: Edições Lusitânia, 1924.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. “Ana de Castro Osório e ‘a grande aliança’: migrações intelectuais da aproximação de Portugal e Brasil, na Primeira República”. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis/SC: 2015.

Disponível em:

<[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435673181\\_ARQUIVO\\_TextoMariaAparecidaFrancoPereira.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435673181_ARQUIVO_TextoMariaAparecidaFrancoPereira.pdf)>. Acessado em: 15/07/2016.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

“Mulheres e feminismo no *Portugal Moderno* (1899-1913)”. Ensaio final do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, por Eduardo da Cruz.



REMÉDIOS, Maria José. “Ana de Castro Osório e a construção da Grande Aliança entre os povos : dois manuais de escritora portuguesa adoptados no Brasil”. *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/109\\_maria\\_jose.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/109_maria_jose.pdf)>. Acesso em: 15/07/2000

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.